

Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

Balanco Patrimonial table with columns: Nota, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido, Total do ativo, Total do passivo e patrimônio líquido.

Demonstração do Resultado do Exercício table with columns: Nota, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Receitas operacional, Repasses de contratos de gestão e convênio, Despesas operacionais, Despesas com pessoal, Despesas com depreciação e amortização, Despesa com depreciação bens públicos, Despesa de amortização de direito de uso, Despesas financeiras, Juros sobre arrendamentos, Gratuidades concedidas, Isenções usufruárias, Déficit/Superávit do exercício.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido table with columns: Patrimônio social, Superávit (déficit) acumulado, Total. Rows include Saldos em 31/12/2021, Transferência do superávit do exercício anterior, Superávit do exercício, Saldos em 31/12/2022, Transferência do superávit do exercício anterior, Déficit do exercício, Saldos em 31/12/2023.

Demonstração dos fluxos de caixa table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Notas explicativas

1.Contexto operacional: A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 08/10/1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma Entidade Filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei nº 13.151/15) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99 alterado pela Lei 13.800/19, dentre outros, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, se seus lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; • Manter a contabilidade e registros em consonância com os princípios gerais da contabilidade brasileira, incluída a divulgação em seu site eletrônico das demonstrações financeiras e da gestão e aplicação de recursos, com periodicidade mínima anual; • Possuir a escrituração fiscal de acordo com as normas do Sistema Público de Escrituração Digital da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda aplicáveis à sua natureza jurídica e ao seu porte econômico; • Divulgar em seu site eletrônico os relatórios de execução dos instrumentos de parceria e dos termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público firmados e

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração do resultado abrangente table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Déficit/Superávit do exercício, Total do resultado abrangente do exercício.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

a indicação dos valores despendidos, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, com periodicidade mínima anual; • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal. • A partir da data de publicação desta Lei, as demonstrações financeiras anuais das organizações gestoras de fundos patrimoniais com patrimônio líquido superior a R\$ 20.000.000, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), serão submetidas a auditoria independente, sem prejuízo dos mecanismos de controle. Contratos de Gestão 1.1. Contratos de Gestão: Abaixo relacionamos o resumo dos contratos vigentes e a perspectiva de repasses para o exercício subsequente:

Table with columns: Nº contrato, Local, Início das atividades, Serviços cadastrados, Unidades, Funcionários, Total, Mensal. Rows include 001/2014, 002/2014, 007/2015, 016/2015, 018/2015, 2422/2021, 7622/2022.

Table with columns: Repasse em 2024, Mensal. Rows include 1.810.856.935, 150.904.745.

A principal atividade da Associação é gerenciar e executar ações na rede assistencial de saúde das regiões supramencionadas em consonância com as políticas de saúde do SUS e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, assim como o cumprimento das metas previstas nos contratos. A manutenção dessas atividades dependem diretamente dos repasses financeiros realizados mensalmente em conformidade com os planos de trabalho que são aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde e Coordenadorias Regionais de Saúde.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. 2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12 e alterações subsequentes, e aos demais Pronunciamentos Contábeis quando aplicáveis à Associação. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2023. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 28/03/2024. 2.2. Base de apresentação: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil de ativo imobilizado e intangível; b) mensuração de instrumentos financeiros; e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. 2.3. Moeda funcional: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais. 2.4. Mensuração de valor: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração, exceto quando de outra forma indicado. 2.5. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. 3. Resumo das Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas as seguir: 3.1. Reconhecimento de receitas: • Receitas de doações e subvenções: As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ICG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. • Receita com repasse contratual: as receitas oriundas dos contratos celebrados junto as prefeituras são reconhecidas pelo regime de competência em conformidade com o fluxo financeiro previsto. • Receita de juros: para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", nas demonstrações do resultado. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.3. Recursos a receber: os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área de saúde e são reconhecidas mediante documento hábil disponível. 3.4. Imobilização: • Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos, repassadas a Entidade, são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão ser revertidos ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolu-

ção tecnológica ou outros fatores específicos; • Depreciação: A depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação do exercício de 2023 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. A vida útil-econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram consideradas conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. 3.5. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. 3.5.1. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.6. Classificação de circulante e não circulante: A Associação apresenta ativos e passivos nas demonstrações contábeis com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.8. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos: A Associação não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. 3.9. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3.10. Demonstração do resultado abrangente: as demonstrações do resultado abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3.11. Instrumentos financeiros Ativos financeiros Reconhecimento e mensuração: Os recursos a receber são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma

irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Table with columns: Ativos financeiros a VJR, Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado, Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento a Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: a Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.12. Arrendamento mercantil: A Entidade avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento mercantil". A Entidade atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais partes: i) Passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos; e ii) Ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado. Ativos de direito de uso: a Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivo de arrendamento: na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa a sua taxa de empréstimo incremental (ou capitalização de recursos) na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 3.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: as normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Table with columns: Pronunciamento, Descrição, Aplicável a períodos anuais com início em ou após. Rows include Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em uma transação de venda e re-arrendamento, Alterações ao CPC 26: Classificação de Passivos Circulante ou Não-Circulante, Alterações ao CPC 03 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e CPC 40 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação".

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção da norma listada acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Entidade em períodos futuros. 3.14. Impostos e contribuições: 3.14.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): Em virtude de ser uma Entidade Filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, revogado pelo Decreto nº 9.580 de 2018 artigos 178 a 184, e o artigo 195 da constituição Federal. 3.14.2. Programa para Integração Social (PIS): Em virtude de ser uma Entidade Filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. 3.14.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): Em virtude de ser uma Entidade Filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. 3.14.4. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras: Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97. 3.14.5. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS): A Entidade é uma associação filantrópica de direito privado, sem

contas de ativo e passivo Aumento/(diminuição) em recursos a receber 72.988.703 73.756.909 Aumento/(diminuição) em outros ativos (12.207.237) (7.376.725) Aumento/(diminuição) em depósitos judiciais (11.145.404) (10.073.014) Aumento/(diminuição) em fornecedores 3.087.615 (2.338.396) Aumento/(diminuição) em salários e encargos sociais (103.572.098) (95.622.914) Aumento/(diminuição) em Doações antecipadas (1.692.000) 7.614.000 Caixa líquido proveniente das/ (aplicado nas) atividades operacionais 25.421.210 107.714.788 Fluxo de caixa das atividades de investimentos Títulos e valores mobiliários (20.069.366) (86.685.373) Aquisição e baixa de bens próprios e públicos (558.303) (1.221.738) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (20.627.669) (87.907.111) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos Pagamento (captação) de arrendamentos, líquido (17.451.500) (14.556.249) (17.451.500) (14.556.249) Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa (12.657.959) 5.251.428 Caixa no início do exercício 148.023.459 142.772.031 Caixa no final do exercício 135.365.500 148.023.459 Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa (12.657.959) 5.251.428

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

fins lucrativos e de fins não econômicos, beneficiário de assistência social, reconhecida de utilidade pública, é detentora do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social - CEBAS, que permite o gozo da isenção do recolhimento da cota patronal (20%). 4. Caixa e equivalente de caixa: 4.1. Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/2023 31/12/2022 Caixa e bancos 3.762.542 3.126.164 CDBs (a) 27.119.743 33.351.866 Fundos de investimento (b) 104.483.215 111.545.429 135.365.500 148.023.459

(a) Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 100,00% no ano de 2023 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com taxa fixa por 2 anos e liquidez imediata, com instituição de primeira linha com baixo risco de crédito e perda; (b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à Selic e títulos públicos atrelados a 0,85% CDI, com liquidez imediata. 4.2. Títulos e valores mobiliários: 31/12/2023 31/12/2022 Fundos de investimento (a) 106.754.739 86.685.373 106.754.739 86.685.373

(a) Referem-se a letra financeira firmada com banco de primeira linha que visa alta rentabilidade, devido à impossibilidade de resgate antecipado, com data de liquidação em julho de 2024. 5. Recursos a receber: Recursos a receber consistem em valores a receber em virtude dos convênios/contratos celebrados com a administração pública, abaixo a composição:

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2021. Rows include Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão, Projetos com recursos doados do setor privado, Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio.

Ativo circulante 51.870.795 37.113.973 Ativo não circulante 36.630.634 39.417.533 6. Adiantamentos: Adiantamento a fornecedores (b) 14.494.955 16.112.112 Adiantamento de salários 760.933 1.674.903 Adiantamento de férias (a) 16.630.069 16.141.671 Adiantamento de 13º salários (a) 6.264.817 8.153.196 38.150.774 26.130.882

(a) A Associação realiza a antecipação mensal dos valores devidos de 13º salário e de férias a seus colaboradores. Dessa forma, durante o mês de dezembro de 2023 antecipou o pagamento da fração 1/12 avos do 13º salário de e de parte das férias relacionadas à competência de janeiro de 2024. (b) A Associação realiza a antecipação mensal dos valores de benefícios dos funcionários do mês subsequente. Dessa forma, durante o mês de dezembro de 2023 foram feitos adiantamentos referentes à competência janeiro 2024. 7. Depósitos judiciais: 7.1. Composição: 31/12/2023 31/12/2022 Depósitos judiciais - PIS (a) 94.016.023 75.121.876 Depósitos judiciais - INSS (b) (c) 20.530.908 19.447.218 114.546.931 94.569.094

(a) No mês de maio de 2012 a Entidade impetrou processo judicial (nº 0007392-82.2012.4.03.6100) que questionava a incidência do PIS, a alíquota de 1%, sobre sua folha de pagamento, e que teria direito a imunidade tributária em função de suas características operacionais. Desde o início do pleito jurídico a Associação passou a recolher os débitos tributários por meio de depósitos judiciais até que o processo seja finalizado (Vide Nota Explicativa nº 12); (b) Em 2002 a ASF obteve a certificação CEBAS - Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social, onde garante a isenção do pagamento da contribuição ao INSS, relativo à quota patronal e SAT/ Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior, no ano de 2005, a ASF iniciou processo judicial, pleiteando imunidade tributária, e para assegurar as discussões a respeito e maiores argumentos na defesa da imunidade, mantivemos a realização de depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, momento esse que o TRF por unanimidade, reconheceu o pedido da imunidade pleiteado pela ASF, cessando assim futuros depósitos judiciais; (c) Este processo encontra-se em fase de julgamento do recurso extraordinário, encontrando-se sobrestado ao RE nº 566.622 - STF. No parecer do advogado responsável, a possibilidade de êxito da ação é provável, não havendo justificativa para as provisões no passivo não circulante. Devido as chances prováveis de êxito no processo do INSS a Entidade vem mantendo atualizada a provisão para as contingências de honorários advocatícios de acordo com a atualização do processo. 7.2. Movimentação dos depósitos judiciais. PIS INSS Total

Table with columns: PIS, INSS, Total. Rows include Saldos em 31/12/2021, Depósito judicial, Atualização financeira, Saldos em 31/12/2022, Depósito judicial, Atualização financeira, Saldos em 31/12/2023.

8. Imobilização: 8.1. Composição: 31/12/2023 31/12/2022 Custo 25.634.718 23.030.864 Depreciação (14.791.010) (12.543.577) 10.843.708 10.487.287

Table with columns: Bens Próprios, Equipamentos e Instalações (a), Total. Rows include Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Veículos, Total.

Table with columns: Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Veículos, Total. Rows include Saldos em 31/12/2021, Adições Baixas, Transferências, Saldos em 31/12/2022, Adições, Saldos em 31/12/2023, Taxa de depreciação (%).

★ continuação

Notas Explicativas da Associação Saúde da Família

	Bens Próprios						Equipamentos e Instalações (a)	Total
	Imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total	Total		
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2021	(221.923)	(85.518)	(441.625)	(1.339.457)	(2.088.523)	(8.283.202)	(10.371.725)	
Adições	(17.183)	(9.980)	(533.152)	(1.000.829)	(1.561.144)	(1.374.552)	(2.935.696)	
Baixas	-	-	-	-	-	763.844	763.844	
Saldos em 31/12/2022	(239.106)	(95.498)	(974.777)	(2.340.286)	(3.649.667)	(8.893.910)	(12.543.577)	
Adições	(17.183)	(7.485)	(417.664)	(333.580)	(775.912)	(1.471.521)	(2.247.433)	
Saldos em 31/12/2023	(256.289)	(102.983)	(1.392.441)	(2.673.866)	(4.425.579)	(10.365.431)	(14.791.010)	
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	207.645	17.465	121.555	502.013	848.678	6.027.040	6.875.718	
Saldo em 31/12/2022	190.462	7.485	141.284	170.041	509.272	9.978.015	10.487.287	
Saldo em 31/12/2023	173.279	-	30.194	88.190	291.662	10.552.045	10.843.708	

(a) Equipamentos e Instalações - bens públicos: Referem-se a equipamentos de terceiros (poder público) em que a Associação transfere os bens integrantes do ativo imobilizado para o poder público, mediante a aprovação e publicação no Diário Oficial de integração desses itens ao bem sob controle do poder público. **9. Intangível:** É representado principalmente pelos custos de aquisição de software de gestão financeira (SAP ERP 6.0 - EHP7), acrescidos de custos diretamente relacionados à implantação.

	31/12/2023	31/12/2022
Custo	1.527.505	1.527.505
Depreciação	(1.527.505)	(1.527.505)
10. Arrendamento mercantil: 10.1. Ativo - direito de uso:	31/12/2023	31/12/2022
Custo	52.110.786	37.310.257
Amortização	(32.190.731)	(18.710.800)
	19.920.055	18.599.457

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	18.599.457	17.316.733
(+) Adições / atualizações	17.182.511	9.024.233
(-) Amortização	(15.861.913)	(7.741.508)
Saldo final	19.920.055	18.599.457

10.3. Passivo - provisão para arrendamento mercantil: A Entidade arrenda, substancialmente imóveis utilizados em suas atividades operacionais, onde a vigência dos contratos tem média equivalente a 60 meses (5 anos). Esses contratos são anualmente corrigidos pelo IPCA/IGPM índice acordado entre as partes para que possa refletir os seus valores de mercado. A Associação optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares, que em 31/12/2023 era de 10.05%. As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Entidade é a arrendatária são apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão com arrendamentos mercantis	22.775.2 23	20.713.510
Ajuste ao valor presente	(2.380.165)	(1.678.148)
	20.395.058	19.035.362
Passivo circulante	11.421.056	11.114.584
Passivo não circulante	8.974.002	7.920.778

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	19.035.362	17.826.216
(+) Novos contratos	17.234.266	9.024.233
(-) Juros financeiros	1.576.930	6.741.162
(-) Pagamentos	(17.451.500)	(14.556.249)
Saldo final	20.395.058	19.035.362

Cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento mercantil.

	31/12/2023	31/12/2022
Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2024	12.823.736	-
2025	5.275.756	-
2026	3.372.625	-
2027 em diante	1.303.106	-
AVP (*)	(2.380.165)	-
Total	20.395.058	19.035.362

(*) AVP - Ajuste a Valor Presente.

	31/12/2023	31/12/2022
11. Fornecedores:		
Locações de imóveis	778.050	772.508
Serviço de assistência médica	300.764	-
Material médico e enfermagem	127.234	75.692
Serviços de manutenção predial (a)	2.489.717	86.471
Autônomos	84.319	-
Material manutenção de equipamentos assistenciais	53.701	6.162
Locação de equipamentos administrativos	216.589	91.953
Outros serviços terceirizados	78.006	8.651
Assessoria e consultoria	27.630	78.149
Outras despesas	247.211	196.020
	4.403.221	1.315.606

(a) Com base nas regras internas da prestação de contas, durante o mês de dezembro de 2023 os pagamentos dos serviços de manutenção predial foram antecipados com vencimentos no decorrer de janeiro de 2024.

	31/12/2023	31/12/2022
12. Salários a pagar:		
Salários e ordenados a pagar	115.249	145.519
Provisão de férias e encargos	116.160.973	102.109.022
Empréstimo consignado a pagar	68.783	15.702
Outros	251.263	203.390
	116.596.268	102.473.633

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Social	131.198.221	124.015.727
(Déficit) / Superávit do exercício	(3.503.119)	7.182.494
	127.695.102	131.198.221

17. Resultado por região de atuação:

	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Clinica	Norte	Pinheiros	Consolidado
	68.311.216/0001-01	68.311.216/0003-73	68.311.216/0004-54	68.311.216/0005-35	68.311.216/0007-05	68.311.216/0008-88	68.311.216/0009-69	
Receitas Operacionais								
Receita Contrato de Gestão e Convênio	25.243.787	590.956.669	275.448.940	213.152.549	-	572.940.199	45.598.570	1.723.340.894
Glosas Contrato de Gestão e Convênio	(288.787)	(46.901.659)	(20.032.070)	(5.001.819)	-	(9.320.177)	(831.677)	(82.376.189)
Repasse Contrato de Gestão e Convênio	24.955.000	544.055.010	255.416.870	208.150.730	-	563.620.027	44.767.073	1.640.964.705
Receitas financeiras	25.917.470	9.594.572	4.411.113	1.605.334	876.399	6.176.507	284.874	48.866.269
Outras receitas	7.755.669	-	-	-	-	-	-	7.755.669
Gratuidade concedidas	-	-	-	-	1.212.494	-	-	1.212.494
Repasse para investimento realizado	(171.502)	187.439	(142.039)	139.783	-	(275.897)	(311.814)	(574.030)
Isenções usufruídas	3.495.498	82.706.835	36.888.238	32.736.514	257.069	82.080.725	6.943.441	245.108.320
	16.952.135	636.543.856	296.574.182	242.632.361	2.345.962	651.601.357	51.683.574	1.943.333.427

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(20.384.114)	(473.442.379)
Despesas gerais	(25.483.562)	(91.511.852)
Despesas com depreciação e amortização	(770.514)	(53.720.305)
Despesas com depreciação de bens públicos	(22.607)	(678.409)
Despesas de amortização de direito de uso	(104.168)	(6.350.210)
Despesas financeiras	(7.975.451)	(330)
Juros sobre arrendamentos	(16.800)	(312.037)
Gratuidades concedidas	(1.212.494)	-
Isenções usufruídas	(3.495.498)	(82.706.835)
	(59.465.208)	(655.002.052)
Déficit (Superávit) do Exercício	2.486.927	(18.458.196)
Caixa equivalente de caixa e títulos e Valores mobiliários	143.906.512	39.907.279
	12.952.387	758.686
	7.105.297	36.972.252
	517.826	242.120.239

18. Receitas operacionais: As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou Entidades Públicas e Privadas.

	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão		
R001/2014 - Parelheiros	213.152.549	205.866.224
R002/2014 - Capela do Socorro	590.956.669	579.325.390
R007/2015 - Lapa	275.448.940	251.525.254
R016/2015 - Pinheiros	45.598.750	42.239.850
R018/2015 - Freguesia do Ó/Brasília e Casa Verde/ Cachoeirinha	572.940.199	509.471.079
Subtotal	1.698.097.107	1.588.428.067
Descontos/Glosas (-)	(82.376.189)	(63.022.654)
Total	1.615.720.918	1.525.405.413

	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo		
PMSB - Prefeitura Municipal de São Paulo	(9.036)	-
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Subtotal	(9.036)	-
Secretaria Municipal de Saúde de Araçatuba - Contrato de Gestão		
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	-	18.180
Total	-	18.180

	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio		
CAPS - Centro de Assistência Psicossocial	25.252.824	19.784.997
Total	25.252.824	19.784.997

	31/12/2023	31/12/2022
1. Repasses de contratos de gestão e convênio - Total	1.640.964.706	1,545.208.590
Projetos com recursos doados do setor privado		
Doação Banco Santander	-	341.135
Doação Banco do Brasil	1.692.000	893.965
Doação Aleo S.A	6.012.057	4.211.190
Crédito Nota Fiscal Paulista	51.613	41.117
2. Outras receitas - Total	7.755.669	5.487.407
Clinica de psicologia - gratuidade 100%	1.212.494	1.293.983
3. Gratuidades concedidas - Total	1.212.494	1.293.983
	1.649.932.868	1,551.989.980
1. Repasses de contratos de gestão e convênio	1.640.964.705	1.545.208.590
2. Outras receitas	7.755.669	5.487.407
3. Gratuidades concedidas	1.212.494	1.293.983
	1.649.932.868	1,551.989.980

Os contratos de gestão junto com as Secretarias Municipais de Saúde possuem metas e indicadores de atendimento relacionadas a qualidade, quantidade e equipe mínima, onde seu não cumprimento resultada em glosa nos valores repassados. Para os descontos não relativos a equipes mínimas, há necessidade de uma tramitação entre as supervisões técnicas e coordenadoras das Secretarias Municipais de Saúde, com reuniões junto aos parceiros para discutir a produção e metas qualitativas, onde não ocorreram descontos em 2023 vinculadas a esse item. Em 2023, houve descontos somente de equipe mínima, no montante de R\$ 29.326.539, esse valor já considera o valor provisionado no montante de R\$ 7.246.083 referente ao desconto de equipe mínima não processada pela Prefeitura, porém estimada pela Associação (Nota Explicativa nº 14). **18.1. Receitas financeiras:** As receitas financeiras são aquelas que constam na apuração do resultado, sendo derivadas de aplicações financeiras, juros de depósito judicial e movimentações contábeis.

	31/12/2023	31/12/2022
Juros depósitos judiciais	8.832.434	7.174.743
Rendimento de aplicação financeira	40.033.835	25.620.714
	48.866.269	32.795.457

19. Despesas com pessoal: As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes, a seguir demonstramos a composição:

	31/12/2023	31/12/2022
13. Encargos sociais a pagar:		
FGTS a recolher	3.355	272.564
IRRF a recolher	256.663	353.701
IRRF sobre salários a recolher	155	857.802
ISS a recolher	188.392	302.742
INSS retido terceiros	813.083	1.260.957
INSS retido autônomos	20.568	-
PIS sobre a folha a recolher	-	68.739
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.183.830	883.301
	2.466.046	3.999.806

14. Outros passivos: 14.1 Outras provisões de curto prazo: Em 31/12/2023, o montante de R\$ 7.246.083 (R\$ 6.147.783 em 31/12/2022) refere-se à provisão de desconto de equipe mínima estimada pela Administração da Entidade. Embora esse desconto seja de competência dezembro de 2023, ele só será abatido na verba de março de 2024. **14.2. Doações Antecipadas:** Durante o mês de julho de 2022, a Entidade transferiu a administração de sua folha de pagamento para o Banco do Brasil pelo período de 60 meses. Em contrapartida, para manter o relacionamento pela totalidade do período contratual, a instituição financeira efetuou uma doação no montante total de R\$ 8.460.000. O valor está sendo apropriado mensalmente ao resultado, uma vez que existem cláusulas de devolução proporcional dos recursos caso haja a interrupção do relacionamento previsto para 60 meses. Em 31/12/2023 o saldo desta operação era de R\$ 5.922.000, onde R\$ 1.692.000 serão apropriados em 2024 e o saldo remanescente R\$ 4.230.000 nos exercícios de 2025 a 2027.

	31/12/2023	31/12/2022
15. Provisão para riscos fiscais e demandas judiciais:		
Provisão para riscos fiscais (a)	94.016.023	75.121.875
Provisão para demandas judiciais (b)	17.282.146	16.624.003
	111.298.169	91.745.878

15.1 Provisão sobre riscos fiscais: Ação proposta pela Associação com o objetivo de ser declarada sua imunidade quanto a incidência do PIS sobre folha de pagamento. Foi requerido que a Receita Federal do Brasil (RFB) deixe de exigir a entrega das obrigações acessórias vinculadas a essa contribuição com consequente expedição da certidão de regularidade fiscal. Alternativamente, solicitou autorização para efetuar os depósitos judiciais relativos às contribuições ao PIS sobre a folha de pagamento, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário. Diante do fato da antecipação de tutela ter sido indeferida, os consultores jurídicos externos entendem que a provisões da obrigação no passivo deve ser mantida de forma equivalente ao saldo mantido na rubrica de depósitos judiciais.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos inicial	75.121.875	58.906.748
Complemento de provisão	11.145.404	10.073.014
Atualização financeira	7.748.744	6.142.113
Saldos final	94.016.023	75.121.875

15.2 Provisão sobre demandas judiciais: A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza trabalhista no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento.

	31/12/2023	31/12/2022
--	------------	------------

★ continuação

de obra contratada; • Intervenções administrativas para adequações dos serviços para a obtenção da certificação ONA; • Realização de melhoria dos processos de seleção de fornecedores para prestação de serviços assistenciais com a implementação de visitas técnicas estruturadas antes das contratações; • Gestão e acompanhamento e dos contratos para cumprimento dos prazos e qualidade dos serviços contratados; • Monitoramento dos prazos dos vencimentos contratos, verificando termos, prazo de vigência e renovações, garantindo o escopo de acordo com os termos e as condições estabelecidas com o fornecedor; • Implantação do serviço de coleta de resíduos de odontologia com obtenção de CADRI, proporcionando assim descarte adequado do lixo químico; • Digitalização dos sistemas de rai-x, oferecendo a assistência mais rápida e sem uso de produtos de alta contaminação como a Prata, que é extremamente contaminante para o meio ambiente.

23.6. Ações e desenvolvimento para 2024: Permanecer com as ações de educação permanente para os profissionais assistenciais, frente às Epidemias de Covid-19 e Dengue, através de reuniões, materiais audiovisuais, folders, capacitação em serviço dos profissionais da saúde, entre outros; • Manter as visitas técnicas para acompanhamento nos serviços de saúde; • Apoiar a rede nas ações voltadas para a certificação e manutenção da acreditação ONA nas unidades de saúde, por meio de reuniões com as coordenações regionais, visitas técnicas, elaboração e validação de documentos, treinamentos, participação em comissões, entre outros; • Manter as ações de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde, conforme Plano estabelecido pela CCIRAS (Comissão de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde); • Elaborar, revisar e manter atualizado os documentos norteadores, como: Protocolos, Procedimentos Operacionais Padrão, Regi-

mentos internos, instrutivos técnicos, Normas e rotinas de enfermagem; • Implantação de tendas para auxílio das ações assistenciais para tratamento de paciente com patologias ocasionadas pela Dengue incluindo a contratação de mecanismos com tecnologia mais ágeis no diagnóstico da dengue como sistema *point of care*, e também compra de materiais e contratação de serviços de terceiros; • Manutenção das ações administrativas para adequação dos serviços, contribuindo assim para que estes atinjam o grau desejado para a qualificação ONA; • Implantação do sistema de gestão de almoxarifado nas farmácias dos Prontos Socorros, UPA e Complexos Hospitalares, proporcionando assim, maior controle dos Medicamentos e Produtos Médicos Hospitalares; • Implantação de ferramenta para monitoramento de forma real dos gastos planejados dia a dia, com criação de indicadores específicos auxiliando assim mais rapidez nas tomadas de decisões para as ações assis-

tenciais; • Implantação de novos serviços de saúde para atendimentos de usuários em áreas mais vulneráveis; • Reavaliação e recontração de empresa para engenharia clínica com adequação do memorial descritivo, de forma a garantir mais segurança e qualidade nos equipamentos utilizados na assistência; • Implantação da plataforma de Telemedicina; • Implantação do Prontuário eletrônico em todas as unidades geridas pela ASF; • Contratação de laboratório tipo container para as unidades de pronto atendimento, trazendo mais agilidade nos resultados dos exames e menor tempo de espera; • Implantação de plano piloto dos Totens de atendimento eletrônico.

Diretoria

Ricardo Oliva - Diretor Presidente
Shirleyde Botelho - Contadora - CRC 1SP273362/0-8

Conselho Fiscal e Administrativo

No dia 25/04/2024 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial; as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, atos ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Associados, Conselheiros e Administradores da **Associação Saúde da Família** - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Saúde da Família** ("Associação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Saúde da Família** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28/03/2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
Baker Tilly - CRC 2SP-031.269/0-1
Fabio Marchesini - CRC 1SP-244.093/0-3
Vanderlei Marcelo Fernandes Junior - CRC 1SP - 297.750/0-4

ESTADÃO

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

ACESSE E CONHEÇA

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

ELDORADO FM 107.3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22